

A PERÍCIA MÉDICO-LEGAL E OS ACHADOS SUGESTIVOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHER

THE MEDICO-LEGAL EXPERTISE AND THE IDENTIFYING FINDINGS OF SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN

**Klara Lopes de Queiroz¹, Anna Karolina Cabral Correia de Vasconcelos¹,
Alessandra Maria de Luna Ramos¹, Patrícia Ferreira Freire¹, Vannessa
de Souza Serralva Rodrigues¹, Luciana Queiroz de Oliveira²**

¹ Estudantes de Medicina da Faculdade de Medicina de Olinda – FMO e Membros da Liga Acadêmica de Medicina Legal de Pernambuco | ² Professora da Faculdade de Medicina de Olinda – FMO e Orientadora da Liga Acadêmica de Medicina Legal de Pernambuco.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A violência sexual contra a mulher possui proporção universal e não idealiza apenas a violência por meios coercitivos de agressão ao corpo da mulher, ela afeta a vítima tanto no aspecto físico quando no aspecto psicológico. Embora este tipo de violência deixe seus vestígios bem definidos, a maioria dos casos tornam-se sem resolução pois a vítima na maioria das vezes se cala em razão de uma série de motivos, destacam-se o motivo de temor ao agressor e a sua não responsabilização por ausência de provas. Nesse cenário, a perícia realizada em órgão oficial do Estado torna-se imperiosa ao auxiliar a justiça na busca pela verdade e na resolução de casos que envolvam agressões sexuais. **OBJETIVO:** Realizar uma revisão narrativa a respeito dos possíveis achados que indicam a ocorrência de uma suposta violência sexual contra a mulher em uma perícia médico-legal. **MÉTODOS:** Foi desenvolvida uma revisão narrativa, tendo como base a análise de 12 artigos publicados nos últimos 10 anos na base de dados da Biblioteca virtual de saúde LILAC, SCIELO e MEDLINE versando sobre a perícia sexológica e seus achados indicativos de violência sexual em mulheres, através da utilização dos seguintes descritores: Perícia sexológica, achados, violência sexual e mulher. **RESULTADOS:** O alto índice de violência sexual contra a mulher é uma questão ainda latente no Brasil, isso porque a grande maioria das mulheres insistem em não registrar o ocorrido, seja por receio de que as autoridades não acreditem em sua palavra, vergonha do fato, e até mesmo por temerem a impunidade do autor do crime. Nesse sentido, a perícia médico-legal em casos de estupro torna-se instrumento comprobatório essencial para a investigação do suspeito, com a finalidade de reunir os elementos constitutivos do exame de corpo de delito para serem utilizados a favor da vítima, através de uma série de exames específicos realizados no instituto de medicina legal, além de acolhimento à vítima e abordagem cautelosa, detalhada e paciente com a mulher durante todo o exame. **CONCLUSÃO:** Em suma, percebe-se não há outro meio de analisar um fato, supostamente de origem criminal, que não seja a partir da avaliação e valoração de prova pericial. Existem achados decisivos para concluir casos de violência sexual na perícia sexológica, dentre eles, destaca-se a coleta de material biológico para análise e identificação genética do suspeito. Assim, um atendimento humanizado, atencioso e detalhado, somado ao maior número de achados possíveis indicativos de violência sexual na vítima para embasar o laudo realizado pelo Perito Médico Legista, possibilitam além de um resgate moral, a segurança jurídica que elas necessitam após o infortuno.

Palavras-chave: Perícia Médico-legal. Violência sexual. Mulher.

ABSTRACT:

INTRODUCTION: Sexual violence against women has a universal proportion and not only idealizes violence by coercive means of aggression against the woman's body, it affects the victim both physically and psychologically. Although, this type of violence leaves its traces well defined, most become unresolved because the victim most of the time is silent due to a number of reasons, highlighting the reason for fear of the aggressor and his non-responsibility for lack of evidence. In this scenario, the expertise carried out in an official state body is imperative in assisting justice in the search for truth and in the resolution of cases involving sexual aggression. **OBJECTIVE:** To carry out a narrative review regarding the possible findings that indi-

cate the occurrence of an alleged sexual violence against women in a Medical-Legal expertise. **METHODS:** A narrative review was developed based on the analysis of 12 articles published in the last 10 years in the database of the Virtual Health Library, LILAC, SCIELO and MEDLINE dealing with sexological expertise and its indicative findings of sexual violence in women, through the use of the descriptors: Sexological expertise, findings, sexual violence and women. **RESULTS:** The high rate of sexual violence against women is still a latent issue in Brazil, because the vast majority of women insist on not recording what happened, either for fear that the authorities will not believe their word, shame, and even for fear of impunity for the offender. In this sense, the medico-legal expertise in cases of rape becomes an essential supporting instrument for the investigation of the suspect in order to bring together the constituent elements of the crime exam to be used in favor of the victim through a series of examinations. specific tests performed at the institute of forensic medicine, in addition to welcoming the victim and a cautious and detailed and patient approach to the woman throughout the examination. **CONCLUSION:** In short, it is perceived that there is no other way to analyze a fact supposedly of criminal origin other than from the assessment and valuation of expert evidence. There are decisive findings to conclude cases of sexual violence in the sexological expertise arising, among them, the collection of biological material for analysis and genetic identification of the suspect. Thus, a humanized, attentive and detailed service, added to the largest number of possible findings indicative of sexual violence in the victim to support the report carried out by the Medical Examiner, allows in addition to a moral rescue, the legal security they need after the misfortune.

Keywords: Medico-legal expertise. Sexual violence. Woman.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra a mulher é um problema de saúde pública que acarreta graves danos biopsicológicos às vítimas.¹ Após o dano físico, moral e mental, as vítimas necessitam de atendimento médico, tanto na esfera clínica em hospitais, quanto na esfera médico-legal, e ainda devem procurar proteção jurídica, de acordo com o ordenamento jurídico.^{1,2}

A legislação brasileira tipifica a conduta do estupro como sendo o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.^{3,4} A partir de 2009, com o advento da reformulação da lei nº 12.015 de 2009, o tipo penal passou a ser utilizado também a favor do sexo masculino.⁵ Porém, registros na literatura mostram que as mulheres são as mais afetadas.

O Instituto de Medicina Legal, no Brasil, é o órgão competente e oficial responsável pela emissão de Laudo Médico-legal em casos de crimes de estupro, para auxiliar nas investigações.⁶ Nesse sentido, a perícia sexológica tem fundamental relevância para as decisões judiciais e sem ela, muitos casos acabam prejudicados e o suspeito é liberado por ausência de evidências materiais.⁶

Somado a isso, à medida que avançamos no tempo, nota-se que a área da saúde pública vem de-

sempenhando de maneira positiva um crescente papel no processo de prevenção desse tipo de violência e buscando um melhor acolhimento a essas vítimas que recorrem, logo em seguida à agressão, ao ambiente hospitalar.⁶ O que de certa forma direciona a mulher a procurar uma delegacia com o intuito de tomar as providências cabíveis, e que lhe seja assegurado também o exame médico pericial no IML.

Levando em consideração a hipótese de que o exame pericial realizado pelo médico legista tem caráter de relevância e grande valor probatório para as decisões judiciais acerca dos crimes contra dignidade sexual, a presente pesquisa visa avaliar os achados frequentemente encontrados na perícia sexológica que indicam a ocorrência de violência sexual contra a mulher, como por exemplo, a coleta de DNA do autor do crime.⁵

Ademais, torna-se mandatório o encaminhamento da mulher para acompanhamento e tratamento com uma equipe multidisciplinar formada por ginecologistas, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, a fim de que sejam realizadas condutas de precauções como a contracepção de emergência, a prevenção de DST e promover a curto e longo prazo a recuperação física, psicológica e social da mulher, e inclui a assistência à gestação decorrente de estupro em acordo com as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde.^{1,2}

Portanto, trata-se de uma revisão narrativa,

a qual reúne buscas por elementos que podem ser observados durante o exame médico legal específico para crime sexual, com o intuito de assegurar à vítima violada maior segurança para que seus direitos sejam resguardados, e conseqüentemente, encoraja a mulher a denunciar o acusado, acarretando em diminuição dos índices de casos omissos no país.

A importância desta narrativa justifica-se na análise da relevância da perícia médico-legal e seus achados para amenizar os efeitos devastadores causados nas esferas física e mental, na soma de novos pontos de vistas à temática, e reforçar que sem a perícia médico legal há uma vulnerabilidade psíquica maior nessas vítimas.

MÉTODOS

A presente revisão narrativa obteve como estratégia pesquisas provenientes de artigos científicos publicados, entre os anos de 2010 a 2020, em bases de dados como a SCIELO, PubMed e LILAC. A busca foi realizada mediante os descritores: perícia sexológica, achados, violência e mulher.

Durante a pesquisa, os idiomas utilizados foram inglês, português e espanhol. E a delimitação de critérios de seleção foram temas que versassem sobre a temática da violência sexual contra a mulher, a perícia médico-legal, achados sugestivos de violação sexual e legislação vigente.

Além disso, foram utilizados ainda, livros de autores renomados no País e manual do ministério da saúde para embasar o conteúdo teórico desenvolvido, como também para realizar um aprofundamento acerca da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns estudos realizados no Brasil apontam que apenas de 8 a 10% das vítimas reportam os crimes à polícia, e efetivamente realizam o exame necessário de constatação de violência sexual em órgão oficial (IML), sendo ainda menor a taxa entre adolescentes de ensino médio (5%).^{7,8}

Pode-se perceber a omissão das vítimas em se tratando de tomar as medidas judiciais legais após a ocorrência de crimes contra dignidade sexual.

A perícia sexológica: realização da abordagem médico-legal na vítima.

Em consonância com a norma técnica do Ministério da saúde de prevenção e tratamento das

conseqüências da violência sexual contra mulheres, a vítima deve sempre ser informada sobre o procedimento a ser realizado pelo médico-legista. A vontade da vítima em realizar ou não o exame médico-legal deverá ser respeitada, e o ambiente deverá ser o mais acolhedor possível.^{1,2}

Será resguardado ainda o sigilo profissional conforme os moldes do código de ética médica. Ademais, a vítima deverá usufruir de atendimento prioritário e humanizado desde a sua chegada para a realização do exame.^{1,3}

Toda a história do ocorrido deverá ser coletada com o máximo de detalhes que a vítima conseguir descrever, porém, é necessária bastante cautela neste tipo de abordagem, pois muitas vezes a mulher está bastante fragilizada e o fato de narrar toda a história ao perito médico remete ao momento infortunado pelo qual a mesma passou. Por isso, é necessário paciência e cortesia durante todo o exame.^{1,3}

Finalizado o exame, é importantíssimo que a vítima seja encaminhada a uma equipe multidisciplinar para acompanhamento.^{3,9}

A procura de achados sugestivos de violência sexual

Durante a realização do exame, o perito deverá observar uma série de sinais que possam embasar o laudo médico-legal da vítima.¹

Os principais sinais de violência sexual podem ser analisados através de exame dos genitais externos a procura de lesões, coleta de pelos pubianos, coleta de amostra de material biológico (sêmen sobre a pele), presenças de marcas indicando sucção ou até mesmo mordidas nas mamas e lábios da mulher.^{4,6}

Ademais, um exame ginecológico minucioso na vítima é primordial para identificar alguns sinais de conjunção carnal. No decorrer da perícia, o médico ao observar o hímen deve descrever detalhadamente as suas características, mais precisamente a orla himenal e deverá constar no laudo se há a presença de entalhe e/ou rotura.^{6,4}

A rotura himenal se caracteriza quando há uma profundidade completa da orla himenal até a parede vaginal, bordas irregulares, assimetria em sua disposição e por vezes, podem ser observados sinais de infiltração hemorrágicas quando a rotura ocorreu recentemente.¹³

Ainda deverá ser examinado o ânus da vítima, a procura de roturas, sufusões, esgarçamentos das paredes anorretais e perineais, equimoses, dilatação anal, sinais de hemorragia, e a coleta de material biológico também deve ser realizada, como a do sangue e saliva do agressor para a identificação pelos testes de DNA.^{5,6}

Evidências de materiais biológicos com interesse médico-legal podem ser encontradas em diversos casos de agressão, sendo particularmente relevante para os de natureza sexual.^{12,13,15}

Estudos realizados em Portugal apontam a elevada utilidade da coleta do DNA humano para a comparação e identificação do suspeito, razão pela qual, de acordo com os mesmos estudos, é o que melhor atende aos tribunais no que tange ao auxílio para comprovação legal.⁵

Para que haja uma maior precisão e otimização dos resultados da coleta de material biológico, é pertinente que ela seja realizada em 72h do tempo decorrido entre a agressão e a chegada da vítima para o exame sexológico.⁵

Com relação a cavidade oral, é importante a coleta de amostra do lavado da cavidade oral com soro fisiológico estéril.⁶

Exame em caso de hímen complacente ou em mulheres com histórico de vida sexual pregressa

Nas situações em que ocorram a detecção de um hímen complacente ou mulher com vida sexual pregressa, é importante a confirmação de eventual gravidez, como também, a presença de espermatozoides na cavidade vaginal.^{6,7,10}

Estudos mostram que para esse tipo de particularidade, a busca pela constatação de presença de fosfatase ácida ou de glicoproteína p30, que confere procedência de líquido prostático pode ser fator determinante para a comprovação da ocorrência do fato, como também, nesses casos há o cuidado com relação a observância de contaminação venérea profunda, o que de certa forma, poderá indicar uma possível agressão sexual.^{8,10}

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todas as reflexões expostas acerca da temática envolvida na presente revisão narrativa, pode-se perceber a valoração da perícia médico-legal e seus achados que sugerem a ocorrência de violência

sexual contra a mulher.

A perícia sexológica em casos de estupro é tema extremamente particular e grave. A mulher encontra-se em situação de vulnerabilidade emocional e psíquica logo após o ocorrido, razão pela qual deverá receber o acolhimento ideal em órgãos específicos para a realização do exame.^{1,2,8}

É primordial bastante prudência no que tange aos procedimentos periciais realizados neste tipo de vítima, e é necessária muita cautela quando da afirmação ou negativa de achados sugestivos de violação sexual.^{8,9,15}

A verdade é que nesses casos, onde a agressão atinge a vítima de maneira cruel e devastadora, a perícia se faz instrumento de importante valor para o auxílio do Estado quando proporciona com clareza a autoridade julgadora um melhor entendimento acerca das lesões e danos sofridos pela mulher; e mais ainda para a vítima, ao acolhê-la e ampará-la em todos os procedimentos, desde a chegada no órgão competente para a perícia, até o seu encaminhamento à equipe multidisciplinar para que aconteça o tão necessário resgate físico, emocional e psíquico que a mulher necessita como ser humano.

REFERÊNCIAS

1. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência contra mulheres e adolescentes: norma técnica. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
2. CREMESP. Manual técnico-operacional para os Médicos Legistas do Estado de São Paulo; 2018.
3. Clinical management of rape and intimate partner violence survivors: developing protocols for use in humanitarian settings World Health Organization. Geneva: World Health Organization; 2020.
4. Volobuyev A, Orlova T, Pcholkin V, Petrova I, Fedosova O. Medical and Legal Aspects in Proof of Rapes. Georgian Med News 2020; (300): 153-7. MEDLINE ID: mdl-32383720.
5. Magalhães T, Dinis-Oliveira RJ, Silva B, Corte-Real F, Nuno Vieira D. Biological Evidence Management for DNA Analysis in Cases of Sexual Assault. Scientific World Journal 2015; 2015: 365674. doi: 10.1155/2015/365674. Epub PMID: 26587562; PMCID: PMC4637504.
6. França, Genival Veloso de. Medicina Legal. 11 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2017.
7. Hygino, Hércules. Medicina Legal: atlas e texto. São Paulo: Atheneu; 2014.
8. Oliveira E M, Barbosa R M, *et al.* Atendimento às vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. Revista de Saúde Pública 2005; v. 39, n. 3.

9. Belknap J. Rape: too hard to report and too easy to discredit victims. *Violence Against Women* 2010; 16:1335-44.
10. Mendonça ET, Souza LV. The domestic violence against women as a matter of public health. *Rev enferm UFPE on line* 2010; 4(2): 874-81
11. Couto M, Schraiber L B. Homens, saúde e violência: novas questões de gênero no campo da saúde coletiva. In: Minayo MCdeS, Coimbra Jr CEA. *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.
12. Amarijo CL, Acosta DF, Silva CD, Gomes VLO. Fatores associados à violência sexual contra mulheres: análise de ocorrências policiais. *Cogitare Enferm* 2014; 19(4): 761-7.
13. Basile KC, Smith SG. Sexual violence victimization of women: prevalence, characteristics, and the role of public health and prevention. *Am J Lifestyle Med* 2011; 5: 407-17.
14. Mason F, Lodrick Z. Psychological consequences of sexual assault. *Best Pract Res Clin Obstet Gynaecol* 2013; 27(1): 27-37.
15. Añón Roig, M. Violencia con género. A propósito del concepto y la concepción de la violencia contra las mujeres || Violence with gender. Concerning the concept and conception of violence against women. *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho* 2016: 33, 1-26.